

REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL

LUÍS ALVES DE FRAGA

Resumo

Este texto foi elaborado pouco tempo depois de Março de 1992. Procurou fazer-se um breve estudo sobre a identidade nacional num tempo de incertezas consequência da recente adesão à Comunidade Europeia. Vivia-se o desconhecido que representava uma mudança quase radical nos hábitos dos Portugueses. Havia um desejo de salvaguardar valores e, ao mesmo tempo, acompanhar a oportunidade de participar num mercado que se abria e oferecia um corte com o passado ancilosado, que tinha sido abruptamente cortado haviam uns escassos e dolorosos dezoito anos. Portugal estava perdido e pensavam-se linhas de orientação que abrissem perspectivas para o futuro. Foi nessa perspectiva que foi escrito e pensado o presente texto e somos de opinião que terá de ser lido segundo esse ângulo de uma ansiedade mal escondida quando se tacteava ainda um futuro que se não vislumbrava. Um futuro que não se sabia se ia ser um tempo de mel ou um tempo de fel; um futuro que representava um corte com um passado de quinhentos anos de hábitos distantes do quotidiano europeu e de tradições e costumes muito próximos de uma vivência modesta e retrógrada.

REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL¹

LUÍS ALVES DE FRAGA²

INTRODUÇÃO

Há tempos³, uma mesa-redonda realizada no Instituto de Defesa Nacional, inserida no vasto contexto da «Cidadania e a Educação», evidenciou preocupações que estavam subjacentes à temática e que se relacionavam com a influência ou efeito da adesão portuguesa à Comunidade Europeia (CE)⁴.

A riqueza do encontro, por um lado, e, por outro, a celeridade no tratamento das questões que se foram levantando, motivaram-nos para uma mais paulatina e silenciosa análise de algumas das vertentes pouco mais que enunciadas. Dessas, houve uma que constituiu ponto de partida para uma minuciosa reflexão pessoal — a da problemática da identidade nacional.

As intervenções que, ao longo de um dia de trabalho, em debate aberto e franco, se foram fazendo demonstraram a variedade de perspectivas segundo as quais se pode interpretar conceptualmente a noção de identidade nacional. Essa pluralidade, ao contrário de limitar ou empobrecer o conceito, amplifica-o e gera condições para novas e mais ousadas interpretações. Neste facto encontrámos a razão para passar a escrito o resultado das nossas lucubrações, esperançados que assim, talvez, possamos contribuir para a busca das medidas — se acaso forem necessárias — que preservem os traços distintivos da maneira de ser e de estar dos portugueses no contexto europeu e, até, mundial.

1. O SER E A IDENTIDADE

Qualquer manual de Filosofia nos proporciona, no capítulo da lógica tradicional, a possibilidade de tomarmos contacto com a lei de identidade. Trata-se, muito simplesmente, do princípio que reconhece que A é A.

¹ Texto escrito no ano de 1992 e mantido inédito até Novembro de 2014.

² À data mestre em Estratégia, licenciado em Ciências Político-Sociais, professor da Academia da Força Aérea.

³ Em 31 de Março de 1992.

⁴ Tinham-se passado seis anos sobre a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e ainda se vivia um ambiente de novidade, tanto mais que a discussão pública dos efeitos da entrada no espaço económico europeu não tinha sido feita e, quando feita, vinha mascarada como uma solução única e providencial para o país.

Não pretendendo desenvolver o nosso raciocínio à volta da lei de identidade, achamos, todavia, importante, para um entendimento pragmático do conceito central deste trabalho, partir dessa posição da lógica tradicional para a polemizarmos.

Para que algo tenha identidade torna-se necessário que **exista**; depois, que seja **identificável** ou reconhecível; em seguida, que seja **comparável**, isto é, que se possa estabelecer uma relação entre o que **existe** e o que se **reconhece** para que haja lugar à qualidade de **igual**. Estamos face a um círculo que não é tão simples quanto pode parecer.

Repare-se que o raciocínio anterior só é verdadeiro em muito poucos momentos e circunstâncias: imediatamente após algo começar a existir; se algo for inanimado; se algo não estiver sujeito a alterações provocadas por qualquer tipo de agentes que lhe sejam exteriores.

Infere-se, do que acabamos de evidenciar, que, na grande maioria dos casos, **a identidade não é**, porque, constantemente, **está a ser**. Se se quiser, por outras palavras, pode dizer-se que, socialmente, não há identidades perfeitas na medida em que o simples fluir do tempo gera alterações nas condições de reconhecimento e, por isso, nas de comparação. Assim, quase sempre, **a identidade é uma semelhança**.

Pode concluir-se — e julgamos não ser polémico — que, socialmente, a identidade, ou o que se aceitou ser a identidade, está condicionada pelo tempo, ou seja, só se constitui realidade numa perspectiva de passado, porque o presente, quando comparado, é uma semelhança. Esta questão conduz ao que gostaríamos de chamar **identidade parcial**.

Na verdade, se a identidade perfeita não é alcançável, é possível, julgamos, identificar segmentos de algo cuja mudança, ou alteração, é mais lenta, ou nunca ocorre; essa parte do todo constituiria o núcleo comparável e, por conseguinte, responsável pela identidade. Pense-se, por exemplo, nos métodos antropométricos e digitais para o estabelecimento da identidade física do Homem — estamos face a uma identidade física parcial.

Temos, deste modo, duas aproximações teóricas à problemática da identidade: uma, que estabelece a identidade por comparação de duas realidades iguais num tempo passado; outra, que estabelece a identidade por comparação, no tempo presente, de núcleos imutáveis, ou dificilmente mutáveis, das realidades.

Estamos em presença, afinal, da conceptualização dos traços dominantes de uma metodologia a usar no tratamento da temática central deste trabalho: a identidade nacional.

2. A NAÇÃO

No final dos anos sessenta o brasileiro Darcy Azambuja, Professor de Direito, dizia que «Nação é, um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela *origem comum*, pelos *interesses comuns* e, principalmente, por *ideais e aspirações comuns*. [...] nação é, uma *entidade moral* no sentido rigoroso da palavra. Nação é, muita coisa mais do que povo, é, uma comunidade de consciências, unidas por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o *patriotismo*»⁵ (sublinhados nossos).

Quase na linha do autor transcrito segue a posição do Professor Marcello Caetano, quando se interroga e responde: «Que é a Nação? É uma *comunidade de base cultural*. Pertencem à mesma Nação todos os que *nascem* num certo ambiente cultural feito de *tradições e costumes*, geralmente expresso numa *língua comum*, actualizado num *idêntico conceito da vida* e dinamizado pelas mesmas *aspirações de futuro* e os mesmos *ideais colectivos*»⁶ (sublinhados nossos).

Atente-se no facto dos dois autores atribuírem à nação a qualidade aglutinadora de interesses, aspirações e ideais comuns na base de uma origem ou de um nascimento iguais. Marcello Caetano, todavia, põe mais ênfase, do que Darcy Azambuja, na componente cultural da nação, já que refere o nascimento como facto, enquanto o autor brasileiro se reporta à origem como sentimento. Uma jovem nação, que se constrói na base da imigração, justifica-se a partir de um dado subjectivo e imaterial; uma velha nação, sedimentada e consolidada pelos anos, existe através de dados concretos e materializáveis. Esses dados são a cultura, que o autor português identificou nas suas componentes mais marcantes: as tradições e costumes e a língua comum.

Voltando às definições anteriores verificamos que ambas se poderiam dividir em duas vertentes, mais ou menos claramente reconhecíveis: uma, que se vira para o passado — «origem comum», «ambiente cultural» — e outra que se orienta para o futuro — «interesses comuns», «ideais e aspirações comuns», segundo a designação de Darcy Azambuja; «aspirações de futuro», e «ideais colectivos», no dizer de Marcello Caetano. Repare-se que os elementos que apontam para o passado permitem uma objectivação mais fiel: é possível chegar à identificação da origem comum e à determinação de um mesmo ambiente cultural; contudo, «interesses», «ideais» e «aspirações» constituem conceitos questionáveis em si próprios. Quem define os interesses comuns? Como se identificam e definem os interesses comuns? Como se conclui a comunidade dos ideais? Quem estabelece essa comunidade? Como se identificam as aspirações comuns?

⁵ Darcy Azambuja — *Introdução à Ciência Política*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 31-32.

⁶ Marcello Caetano — *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. 6ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1989, p. 123.

Se é certo que em algumas — muito raras — situações os conceitos referidos são identificáveis sem contestação científica, tal não acontece na grande maioria dos casos. Será curioso reparar que a contestação aumenta na medida em que se procuram tornar mais reais, mais concretos, mais objectiváveis esses conceitos; pelo contrário, quanto mais utópicos, mais difusos, mais distantes forem, menor é a contestação científica. Caiem na última situação, aspirações comuns de igualdade, de justiça, de segurança.

Em jeito de conclusão parcial, poderemos dizer que, tal como sucedeu para o conceito de identidade, também para o conceito de nação é mais fácil e cientificamente mais seguro tratá-lo numa perspectiva histórica ou, se se quiser, de passado. Claro que ao fazê-lo caímos no domínio das questões culturais e estas são, afinal, o núcleo imutável ou dificilmente mutável que permite chegar à identidade parcial que antes abordámos.

Julgamos que, depois desta incursão sumária, mas necessária, no domínio dos conceitos e no da identificação de metodologias a utilizar, podemos passar à temática da identidade nacional.

3. IDENTIDADE NACIONAL OU IDENTIDADE CULTURAL?

A interrogação que atrás deixamos é, quer parecer-nos, aceitável, já que, não havendo identidades perfeitas, a única identidade nacional possível é imperfeita e delimitada por elementos de natureza cultural.

Não é forçar a lógica, julgamos, admitir que se consegue com maior segurança encontrar a identidade de uma nação, procurando a sua identidade cultural. Claro que, para esta, se colocam os mesmos problemas teóricos que se levantam à definição de qualquer identidade; contudo, vivendo a identidade mais do passado e, dentro deste, mais ainda dos elementos imutáveis ou dificilmente mutáveis, parece-nos que, se a identidade for de natureza cultural estão reunidas as condições óptimas para quase se poder falar de identidade como igualdade.

Se se aceitar o que acabamos de expor, resta-nos, numa perspectiva teórica, evidenciar os vectores culturais mais significativos, de forma a conseguir traçar o quadro do núcleo identificador.

Sem que corresponda a uma qualquer hierarquização, consideramos como vector primordial — porque capaz de ser o maior suporte do processo de socialização — da identidade cultural de uma nação, a língua. É pelo uso da mesma língua que se torna possível divulgar entre uma população — acabando por a transformar no povo de uma nação — os princípios de convivência tradicional, de ordem moral, de ordem religiosa e, até, de ordem laboral. Estudar uma língua nacional é mais do que conhecer os vocábulos e a gramática dessa língua: é estudar a capacidade criadora,

imagética e de abstracção de uma nação; estudar a evolução de uma língua nacional corresponde ao conhecimento da evolução dos fundamentos da cultura nacional — uma língua que cristalizou identifica-se com uma cultura que perdeu aceleração, com uma nação que já não tem capacidade imaginativa.

É vulgar considerar a história como um dos mais importantes vectores da identidade cultural de uma nação. Julgamos que, como regra, se trata de um erro. Com efeito, não há uma história nacional; há histórias nacionais conformes com as épocas em que foram escritas. Claro que a história pode ser encarada como um vector de identidade cultural, se se admitir que se trata, exclusivamente, do referencial de existência de uma nação sem que entre em pormenores explicativos e descritivos; contudo, estaremos em face de simples memória e jamais sendo verdadeira história⁷

Outro vector da identidade cultural de uma nação é a religião seguida pelas populações, porque estabelece padrões e limites morais. Uma só religião conforma os comportamentos sociais exteriores e, acima de tudo, delimita os comportamentos pessoais interiores. Todavia, se no mesmo tecido social coexistirem várias religiões, estaremos face a fenómenos culturais muito mais complexos, pois que, no mínimo, se poderá assistir a verdadeiras competições para a identificação e conquista da perfeição moral. A religião e a prática religiosa podem conformar o comportamento da nação tanto como os acidentes geográficos de um território⁸.

As actividades económicas são, quanto a nós, outro vector de identidade cultural de uma nação. Na verdade, embora cada vez mais se caminhe para uma aparente inespecificidade económica global, ainda é possível identificar actividades que conformam grandes grupos humanos dentro de certas regiões, facto que lhes acaba condicionando o comportamento. Temos, assim, uma dupla acção cultural: as actividades económicas que conformam e caracterizam uma população e uma população que se especializa e acaba caracterizando certas actividades económicas determinadas⁹.

Por fim, julgamos que um outro vector da identidade cultural de uma nação reside, por um lado, na forma como os homens se relacionam com o meio geográfico que habitam e, por outro, nas

⁷ Atente-se que para Henri-Irénée Marrou «O historiador deve chegar a lançar sobre o passado esse olhar racional que compreende, apreende e [num sentido] explica, [...]» (*Do Conhecimento Histórico*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Aster, 1976, p. 41). Ora, se do historiador se espera esta atitude, é porque se espera, também, que a história seja o relato explicativo do passado; quando o não é trata-se, em nosso entender de simples memória.

⁸ Recorde-se, como exemplo, que o deserto foi, para a expansão árabe, tão condicionante como o islamismo; só a existência de uma amplitude geográfica permitiu a prática de um proselitismo religioso.

⁹ Ainda tomando o exemplo da nota anterior, não será de nos interrogarmos quanto à possibilidade da actividade mercantil a grande distância ter determinado certas formas de nomadismo dos povos do deserto e do nomadismo ter determinado uma habilidade económica para o comércio a grande distância?

técnicas utilizadas nos actos simples da sobrevivência. Estamos, naturalmente, a pensar nos domínios da geografia humana e no da antropologia cultural.

Na verdade, o meio geográfico, podendo não ser determinante, é, condicionante do comportamento dos grupos sociais humanos e esse facto, porque marcante, ganha, quase sempre, foros de característica identificadora e distintiva de uma nação¹⁰. Em menor escala, mas mesmo assim ainda de forma significativa, as técnicas utilizadas, em especial na execução de tarefas económicas — muito em concreto na agricultura e na pesca — acabam contribuindo no traçado do perfil cultural de uma nação.

Chegados a este ponto, parece-nos, é tempo de olharmos, para nós mesmos, à luz dos elementos teóricos sobre os quais nos temos vindo a debruçar, a fim de concluirmos sobre a existência de possíveis riscos atentatórios da identidade cultural nacional, resultantes em especial da adesão à Comunidade Europeia e de outros fenómenos políticos ocorridos recentemente no leste europeu e que terão desagregado situações tidas como estáveis¹¹.

4. A DEFESA DA IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA¹²

Seguindo a ordem pela qual apresentámos os vectores da identidade cultural, a nossa análise cairá, em primeiro lugar, sobre a língua nacional.

Do que já antes dissemos, depreende-se que a defesa de uma língua — seja ela qual for — não passa pela sua imobilidade e irredutibilidade ao progresso. A sobrevivência da língua portuguesa — trata-se de um idioma que há quinhentos anos era falado por menos de dois milhões de indivíduos — não assentou no imobilismo e na preocupação de um purismo popular; a sua longevidade deve-se à presença portuguesa nos quatro cantos do mundo e, acima de tudo, à versatilidade — integrando-se nos idiomas locais, completando-lhes espaços vazios de imaginação ou enriquecendo-se pela aquisição de novos vocábulos-conceitos.

Há cerca de oitenta anos o grafismo correcto de muitas palavras portuguesas obrigava ao uso de consoantes dobradas; outras, que se escrevem agora com s, grafavam-se com z; determina-

¹⁰ Atente-se na forma como os britânicos vêem, no contexto europeu, a sua ilha e o continente; no inconsciente colectivo, especialmente dos ingleses, a situação geográfica excêntrica é a continental e não a insular.

¹¹ Havia três anos que o muro de Berlim foi derrubado e um ano que se dera a implosão da URSS. Anunciavam-se grandes mudanças, totalmente desconhecidas, que estavam a tornar instável a política no chamado mundo ocidental.

¹² Note-se que este trabalho foi escrito ainda mal se começavam a sentir os primeiros efeitos da adesão à CE e ainda não estavam bem claras as consequências do impacto de todas as políticas comunitárias que, anos mais tarde, se abateiram sobre a sociedade nacional.

das consoantes mudas não existiam; certos acentos gráficos não se colocavam; enfim, a representação dos sons era, de facto, diferente, mas a língua, essa era a mesma¹³.

O impacto da adesão à Comunidade, em nosso entender, poderá beneficiar a língua portuguesa, se o Governo nacional a souber impor nos aréopagos onde ela pode ser ouvida; o risco linguístico passa por uma outra faceta que nada tem a ver com o idioma mas em tudo se relaciona com a secular vaidade dos portugueses. Com efeito, a necessidade que até o mais insignificante cidadão nacional tem de se tornar notado leva-o a provar que é capaz de falar uma língua estrangeira, mesmo quando mal escreve a sua; assim, não impõe o mais essencial veículo da cultura nacional. É importante que o Governo acautele o idioma português¹⁴, mas, mais ainda, é importante que os portugueses se acautelem com o que a si próprios podem fazer.

Independentemente das afirmações feitas a propósito de cada época ter a sua história, há, relativamente a Portugal, um dado distante que, embora podendo ser contado de outra forma, jamais modifica a opinião que os portugueses têm de si próprios: a epopeia marítima¹⁵.

Na verdade, esse orgulho de ter sido o descobridor de terras longínquas tem servido de anestesia para a realização de outros pequenos feitos que a actualidade permitiria, não fosse a crença mítica em soluções «encobertas»¹⁶. A história, tendo servido para gerar coesão à volta de um ideal nacional, tem contribuído para compensar uma incapacidade de reinvenção do futuro¹⁷.

Anteriormente considerámos as religiões como vector da identidade cultural de uma nação, atribuindo-lhes o importante papel de definidoras dos padrões e dos limites morais. Em Portugal, por razões várias que não vem ao caso discutir, tem cabido, em primazia, à religião católica apostólica romana esse papel.

Do ponto de vista do observador comum a sensação que se colhe nas grandes cidades nacionais é que, cada vez mais, a afluência à igreja é menor e que nos meios rurais a crença religiosa tende a limitar-se às camadas populacionais mais idosas. A chamada crise de vocações sacerdotais é também, um indicador do que acabamos de afirmar.

¹³ Parecia que defendíamos, na época, a possibilidade da adopção de uma grafia diferente da língua portuguesa e, efectivamente, aceitávamo-la se ela tivesse resultado de uma necessidade exclusivamente nacional, mas o que se veio a verificar foi uma mudança para igualar a grafia à que se utiliza no Brasil e isso faz toda a diferença.

¹⁴ E foi isso que não se fez!

¹⁵ Cf. Orlando Ribeiro — Evolução e Distribuição da População. In *Geografia de Portugal. O Povo Português*, vol. III, p. 776-777.

¹⁶ Sob a noção mítica do «encoberto», ou «sebastianista», tem-se desenvolvido uma faceta melancólica e pessimista do povo português a qual, por seu turno, tem dado oportunidade a verdadeiros aventureirismos políticos nacionais. Sobre a temática, podem ler-se alguns autores, nomeadamente, Joel Serrão.

A diminuição do fervor religioso pode resultar da melhoria geral das condições de vida (note-se que o fenómeno fundamentalista surge em regiões onde a esperança no salto para a modernidade é quase nula). Cada vez mais as populações urbanas sacrificam ao deus «consumo», em nome do qual a família não passa de uma mera e constante associação de esforços e de uma reduzida vivência em comum. Esta situação tende a difundir-se às regiões rurais.

O consumo, ou o seu acréscimo, já não é determinado pela acção do «inocente» anúncio publicitário; de há anos a esta parte, o suporte do anúncio — o meio de comunicação social — tornou-se ele próprio no elemento fundamental de publicidade. Saber a forma como os outros vivem, ou parece viverem, e tentar copiá-los é o objectivo de cada potencial consumidor. Cada vez mais o importante não é o sucesso, não é a realização pessoal, não é o gosto da vitória; o importante é dar mostras exteriores de sucesso, de realização, de vitória. Esta nova forma de estar corresponde, afinal, à subversão de alguns dos valores morais veiculados pela religião católica apostólica romana. Com efeito, algo está mudado quando o importante deixa de ser o julgamento divino e a realização perante Deus — logo a realização interior — para passar ser o julgamento perante os homens.

Se é certo que a problemática das mudanças morais resulta da alteração das relações de produção económica — e esta acelera-se, necessariamente, com a adesão à Comunidade Europeia — não deixa, também, de ser verdade que o «bombardeamento» cultural a que estamos sujeitos por intermédio do uso e abuso de telenovelas brasileiras — que reproduzem um tipo de questões que estão quase nos antípodas das da sociedade europeia desenvolvida — pode ajudar a desencontrar os Portugueses, provocando-lhes verdadeiros traumas sócio-culturais¹⁸.

Quando se olha para os Portugueses na perspectiva do desenvolvimento das actividades económicas sente-se que, do ponto de vista cultural, o cidadão nacional só pode dedicar-se a um dos seguintes labores: agricultor (entenda-se, trabalhador rural ou pequeno proprietário), pescador (entenda-se trabalhador marítimo ou pequeno proprietário de uma traineira), funcionário público, empregado na área dos serviços e, acima de todos, pequeno comerciante.

É evidente que as estatísticas nos dão indicações diferentes daquelas que apontámos, tanto mais que nem referimos os operários; todavia, a tendência, que a índole nacional cultiva, vai para as áreas que indicámos. Isso acontece, porque o português não é por natureza concorrencial, não

¹⁷ O exemplo mais recente e de grandes repercussões é o da obstinação política em manter a situação colonial herdada. Essa teimosia retardou todos os projectos que fossem possíveis de imaginar relativamente ao Portugal peninsular e insular.

¹⁸ E, julgamos, passados mais de vinte anos sobre a elaboração deste trabalho, que um dos impactos das telenovelas brasileiras se manifestou na elaboração do novo acordo ortográfico, pois tornou possível um entrosamento cultural que não existia ainda nos anos oitenta daquela centúria.

sabe viver ainda sob a tensão da produtividade, é individualista sem ser egoísta, cultiva a indolência de quem tem todo o tempo disponível, prefere, com um pequeno rendimento mais ou menos fixo, ostentar capacidades que não tem do que, sob a capa de um viver modesto, possuir valores desconhecidos. O pequeno comércio, a pequena loja, a pequena propriedade, satisfazem a vaidade e o individualismo ao mesmo tempo que traduzem uma forma de independência, de superioridade, e de posse de todo o tempo do qual o português carece fundamentalmente.

O impacto da adesão à Comunidade Europeia vai alterar muito rapidamente as características que acabámos de referir. A juventude, no espaço de uma dezena de anos, com a existência de limitações na admissão ao ensino superior já se tornou competitiva, e esta mudança preconiza as que se vão verificar no mundo dos adultos. A corrida contra o tempo dominada pela vontade de ganhar dinheiro, vai constituir a mudança mais dolorosa e, pela certa, provocará situações de anomia insuspeitáveis¹⁹.

Preservar o vector económico da identidade cultural portuguesa corresponde a pô-la fora do tempo ou à margem da economia de mercado. Aqui, também, haverá que reduzir os efeitos de uma mudança que deixará cicatrizes profundas.

É facto sabido e indiscutível que a geografia condicionou o desenvolvimento técnico e o modo de vida dos Portugueses, da mesma forma que condicionou a flora local. Durante séculos a vida económica foi determinada pela rentabilidade de uma agricultura moldada ao sabor do clima, do terreno e dos hábitos introduzidos por romanos e mouros. Imperava a tradição.

O choque que a modernidade poderia ter imposto à agricultura, no começo da actual centúria, foi amortecido pela capacidade de compra em mercados estrangeiros, fruto das vendas de produtos coloniais. Assim, as disposições comunitárias, porque gerais, impositivas e imediatistas, vão provocar alterações culturais no tecido social agrícola, as quais só com grande dificuldade e espaço de tempo serão absorvidas e ultrapassadas²⁰.

Neste capítulo, já nem sequer equacionamos as alterações ecológicas, e respectivos reflexos sobre o comportamento sócio-cultural, que a especialização da produção agrícola virá a provocar dentro de algumas décadas em Portugal.

Parece-nos evidente, também, que o impacto sobre as técnicas, em especial as mais tradicionais, vai ser grande e não nos admira que dentro de poucos anos já se venha a falar de preserva-

¹⁹ Quando escrevemos esta reflexão estávamos ainda longe de poder imaginar o efeito perverso que resultou da política de subsídios e de apoios para a modernização de Portugal.

²⁰ E, realmente, provocou, mas foram as mais negativas que não eram ainda suficientemente visíveis, na época em que foi pensada esta reflexão.

ção artesanal de algumas das tarefas e dos instrumentos utilizados na execução de trabalhos hoje ainda vulgares na sociedade nacional²¹.

CONCLUSÃO

Se a identidade nacional, ou aquilo que assim se convencionou designar, não se defende de armas nas mãos; se não se defende só pela acção dos meios eruditos; mas se, acima de tudo e de todos, é defendida no dia a dia por todos e, em particular, pela massa anónima dos cidadãos quando dá continuidade à maneira portuguesa de estar e viver a vida; se assim é então, a identidade nacional, consequência da adesão à Comunidade Europeia, tal como antes identificámos, corre alguns riscos.

Quanto ao fundamental — a língua — não somos profetas de desgraças. Todavia, se não se tiver em conta a moral, que por regra é veiculada pela religião; se não se ensinar que a glória de ser português não reside só no ter aberto as portas do mar à Europa e ao mundo, mas no ser capaz de continuar, através das pequenas descobertas possíveis, a ser respeitado como povo; se não se evitar a cópia completa e acrítica dos padrões económicos e, acima de tudo, das suas consequências sociais; se não se reduzirem os impactos das alterações técnicas, agrárias e produtivas, que vão ocorrer, em especial, nos campos; se nada se fizer e tudo se deixar ao acaso, a nação portuguesa, dentro de alguns anos, perderá as características que garantiram a sua autonomia ao longo dos séculos, continuando, talvez, a falar a mesma língua, mas sendo igual a qualquer outra da Europa²².

²¹ Também nestas perspectivas estávamos distantes de imaginar todas as rupturas culturais que em pouco mais de vinte anos se verificaram.

²² Acordámos da situação então antevista da forma mais brusca que se pode imaginar: no meio de uma crise que fez recuar Portugal para um patamar que quase o colocou no tempo em que escrevemos este ensaio reflexivo.